



NOTÍCIAS DA COP 6

[Setores pró-CQCT entendem que indústria do tabaco repete discurso alarmista](#)

SECRETARIADO DA CQCT

[Organização Mundial das Aduanas apoia a eliminação do comércio ilícito de produtos do tabaco](#)

NOTÍCIAS DO BRASIL

Diversificação das áreas cultivadas com tabaco:

[Municípios do Vale do Taquari, no RS, apostam na diversificação do tabaco](#)

Indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco:

[Entidades pró-tabaco criticam documento-base da COP6](#)

[Conselho da Souza Cruz aprova R\\$634,3 mi em dividendos intermediários](#) : [Comentário da SE-Executiva da Conicq](#)

Artigo

[Os fumantes e o trabalho](#)

Comércio ilícito de produtos de tabaco:

[Site noticia volume de apreensões de cigarros ilícitos no Brasil](#)

NOTÍCIAS DO MUNDO

[Uruguai: Quiosques têm três meses para retirar cigarros dos pontos de venda](#)

CIGARRO ELETRÔNICO

[OMS recomenda proibição da venda de cigarros eletrônicos a menores](#)

[Aparelho que libera nicotina é licenciado como remédio no Reino Unido](#)

Posição brasileira na COP6 é debatida em Seminário aberto promovido pela CONICQ

No dia 16 de setembro aconteceu no Auditório Carlyle Guerra de Macêdo, nas dependências da OPAS/OMS no Brasil, o "1º Seminário Aberto da CONICQ" que faz parte da preparação do Brasil para a 6ª Conferência das Partes (COP6) que ocorrerá em Moscou nos dias 13 a 18 de outubro deste ano.

[\(leia mais\)](#)



Argentina tem número de fumantes reduzido, e há menos pessoas expostas à fumaça tabágica

Na Argentina, o número de fumantes caiu de 15,5% ao longo dos últimos oito anos, e a exposição à fumaça ambiental foi reduzida em 30%, como revelado na terceira edição da pesquisa de fatores de risco do Ministério da Saúde. Agora, apenas uma em cada quatro pessoas fuma.

Em 2005, os tabagistas representavam quase 30% dos adultos. Em 2009, esse percentual caiu para 27,1% e no ano passado para 25,1%. A quantidade de não-fumantes que estão expostos ao fumo, situação que aumenta o risco de doenças cardiovasculares, de câncer de pulmão e asma, também foi reduzida.

Esta exposição à fumaça tabágica diminuiu progressivamente entre os três inquéritos (52% em 2005, 40,4% em 2009 e 36,3% em 2013).

[\(leia mais\)](#)

Informativo da Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco (CONICQ) Expediente: Alexandre Octávio, Ana Paula Teixeira, Cristina Perez, Érica Cavalcanti, Felipe Mendes, Flávia Sena, Mariana Pinho, Raquel Menezes, Rita de Cassia Martins, Rosa Vargas, Tânia Cavalcanti - Secretaria Executiva da CONICQ
Rio de Janeiro: (0XX21) 3207-4502

NOTÍCIAS DA COP 6

Setores pró-CQCT entendem que indústria do tabaco repete discurso alarmista

Setores interessados no cumprimento da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco comentaram, às vésperas da COP6, a divulgação de notícias e entrevistas alarmistas, por parte da Indústria e representantes do tabaco, que apontam a intenção do governo brasileiro em reduzir o financiamento da atividade e às áreas plantadas com tabaco, o que colocaria em risco o futuro dos agricultores que vivem desta cultura.

A difusão destas informações imprecisas foi discutida nos bastidores do 1º Seminário Aberto da CONICQ, que aconteceu na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

Participaram do Seminário representantes de diversas entidades do setor fumageiro, produtores de tabaco, associações de agricultura familiar, instituições de pesquisa, ativistas da saúde, organizações da sociedade civil, sociedades médicas, representantes dos ministérios, entidades do governo membros da CONICQ e parlamentares, todos com sua pauta de sugestões e reivindicações.

Segundo o coordenador do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser), Amadeu Bonato, que participou do Seminário, o tom alarmista é comum nas entidades ligadas ao setor patronal.

“Sempre que o documento sobre a COP é divulgado eles promovem um debate para ouvir a opinião e recolher sugestões. Nessa audiência há representantes de dois lados claros, e o lado ligado à Indústria do Tabaco, mais precisamente o Sinditabaco, a Amprotabaco, a Afubra, entre outros, sempre tenta promover o medo nos agricultores. Esses setores, e isso acontece desde o início dos debates da Convenção-Quadro, divulgam notícias, notas e entrevistas com a intenção de distorcer informações. No início eles diziam que as plantações de fumo seriam proibidas, algo que não é verdade e o tempo provou isso”, diz Bonato.

O coordenador do Deser alerta que algumas destas instituições insistem no mesmo discurso há anos.

“Não há, na Convenção-Quadro, menção à proibição do cigarro ou do cultivo do fumo. O que diz é que, no caso de haver prejuízo para estes agricultores, os países devem providenciar alternativas viáveis. O setor patronal costuma pregar este medo. Há muita distorção nas informações repassadas pelos sindicatos e associações ligadas à Indústria”.

[\(CONTINUA\)](#)

NOTÍCIAS DA COP 6

Amadeu ressalta ainda que o Deser defende que o agricultor merece ter o direito da escolha. Por isso é importante a estratégia da diversificação de produtos cultivados.

“O Deser apóia as estratégias que apontam para a diversificação, primeiro porque possibilita uma visão de médio e longo prazo para que, no caso dos agricultores que são excluídos em função da redução do consumo e conseqüentemente da produção, tenham uma alternativa de renda. Segundo porque diversificando o agricultor tem a possibilidade de decidir se quer ou não continuar plantando fumo. O que não pode é ele ser obrigado a algo, obrigado a sair da produção ou obrigado a ficar”, completa.

Segundo Tânia Cavalcante, secretária-executiva da CONICQ, o seminário é uma preparação para a participação brasileira na COP 6, e tem como objetivo permitir à CONICQ ouvir as manifestações e contribuições dos setores interessados nos temas a serem deliberados pela 6ª Conferência das Partes.

“Existem temas colocados para deliberação, ou seja, que os países vão discutir. Isso exige um esforço, por parte destes países, de separação de suas delegações para levar posicionamentos coerentes sobre políticas internacionais e também sobre a ratificação do Tratado. A Comissão Nacional foi formada pelo congresso nacional e promulgada pelo Poder Executivo, portanto é uma política de estado, não de governo, é um tema suprapartidário, pois tem como objetivo a saúde do mundo todo. Um dos papeis desta comissão é preparar instruções para a delegação do Brasil levar para a Conferência das Partes. Iniciamos, no dia 21 de agosto, os trabalhos na comissão e nos debruçamos sobre a pauta, que é extensa, complexa e muitas vezes gera polêmicas. Esse trabalho começa quando os documentos são liberados pelo secretariado da Convenção”, disse.

Fonte: Deser

<http://observatoriodotabaco.com.br/noticias/conferencia-das-partes-a-industria-aposta-no-velho-discurso-do-medo->



SECRETARIADO DA CQCT

Organização Mundial das Aduanas apoia a eliminação do comércio ilícito de produtos do tabaco

O Comércio ilícito de tabaco global foi o tema da reunião entre o Secretário-Geral da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), Kunio Mikuriya, e a Chefe do Secretariado da CQCT, Vera Luiza da Costa e Silva, em 12 de Setembro, na sede do Secretariado da CQCT, em Genebra.

Mikuriya assegurou à chefe do Secretariado apoio continuado da OMA ao protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos do tabaco entre as administrações aduaneiras.

Mikuriya também reiterou o compromisso da OMA a uma estreita colaboração com a Secretaria de luta contra o comércio ilícito de tabaco, tal como estabelecido na declaração de intenções para a cooperação entre as duas entidades, que foi assinado no início de 2014.

Mikuriya e Costa e Silva discutiram vários projetos possíveis para uma futura cooperação, incluindo publicações conjuntas e participação em sessões de formação para fins de capacitação.

Fonte: OMS

http://www.who.int/fctc/implementation/cooperation/fctc_wco/en/



SECRETARIA-EXECUTIVA DA CONICQ

Posição brasileira na COP6 é debatida em Seminário aberto promovido pela CONICQ

No dia 16 de setembro aconteceu no Auditório Carlyle Guerra de Macêdo, nas dependências da OPAS/OMS no Brasil, o "1º Seminário Aberto da CONICQ" que faz parte da preparação do Brasil para a 6ª Conferência das Partes (COP6) que ocorrerá em Moscou nos dias 13 a 18 de outubro deste ano.

O principal objetivo do seminário foi permitir a CONICQ (Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco no Brasil) ouvir as manifestações e contribuições dos presentes sobre os principais temas a serem deliberados na COP6.

Estiveram presentes representantes de diversas entidades do setor fumageiro, produtores de tabaco, associações de agricultura familiar, instituições de pesquisa, ativistas da saúde, organizações da sociedade civil, sociedades médicas, ministérios e entidades do governo membros da CONICQ e parlamentares.

Cada um dos representantes que solicitaram manifestação durante o seminário, também passaram por escrito à Secretaria Executiva da Comissão seus comentários e posições, que serão levados à discussão na 40ª reunião ordinária da CONICQ em Brasília nos dias 24 e 25 de setembro.

Fonte: OPAS

http://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=4698%3Aseminario-aberto-da-conicq-de-preparacao-para-a-cop6&catid=845%3Abra-03-b-noticias&Itemid=839



Diversificação das áreas cultivadas com tabaco

Municípios do Vale do Taquari, no RS, apostam na diversificação do tabaco

Como forma de encontrar alternativas para o cultivo do tabaco, tradicional em Doutor Ricardo, no Vale do Taquari, alguns agricultores do município têm apostado em outros sistemas produtivos. É o que ocorre com o casal Nelsi e Rosa Venzo, da localidade de Linha Bonita Alta. Produtores de fumo há muitos anos, resolveram apostar no cultivo de hortaliças, no final do ano de 2013, após uma reunião, que contou com a participação da nutricionista da Prefeitura, Eliane Giacobbo. Na ocasião, foram incentivados pela profissional a produzir hortaliças que seriam comercializadas para as escolas do município.

“No começo ficamos meio receosos, pois não sabíamos a quantidade certa para plantar e quais os cuidados mais básicos de cada planta”, recorda Rosa. Ainda que fosse experiente em plantio de hortaliças para o consumo da família, a nova responsabilidade deixava a produtora insegura. A apreensão logo foi embora quando as primeiras entregas de batata-doce, couve-flor, brócolis, cenoura, beterraba e repolho foram feitas, com o apoio da Emater/RS-Ascar e da Prefeitura. “Somente em batata-doce, foram entregues mais de três mil quilos nesse primeiro ano”, comemora a agricultora.

Os números positivos animam o casal a investir, até o final do ano, em uma estufa, o que garantirá a qualidade dos produtos e a permanência da safra – inclusive para aqueles cultivos menos tradicionais no verão, caso da couve-flor e dos brócolis. As exigências do novo sistema produtivo, aliadas a paixão pela produção de alimentos livres de produtos agroquímicos – fruto de um processo de transição agroecológica – fizeram com Nelsi e Rosa decidissem abandonar a produção de fumo. “Até a safra do ano passado eu tinha plantado 15 mil pés de tabaco em uma área de 1,5 mil hectares”, ressalta Nelsi.

Para o técnico em agropecuária da Emater/RS-Ascar, Paulo Severgnini, a descoberta de alternativas em relação ao tabaco, por parte dos produtores, é um processo considerado positivo. “Muitos agricultores apostam exclusivamente no cultivo do fumo, ficando sujeitos às perdas decorrentes de uma eventual frustração de safra, algo que não ocorre em uma propriedade diversificada”, avalia. Ainda assim, Severgnini ressalta haver, em Doutor Ricardo, uma área de cerca de 400 hectares de tabaco. “Muitos permanecem na atividade pela boa rentabilidade e pela possibilidade de rotacionar as culturas, durante o ano”, diz.



[\(CONTINUA\)](#)

Diversificação das áreas cultivadas com tabaco

Outro produtor que abandonou completamente o cultivo de tabaco foi o jovem Fábio Júnior Secchi, da localidade de Linha Leopolda. Estudante do curso de Engenharia Florestal fez uma proposta ao pai, Delmir: retornaria a propriedade, depois de anos trabalhando em uma empresa de tecnologia, em Lajeado, desde que a produção de fumo fosse deixada de lado. Atendendo a solicitação do filho, a família Secchi encontrou na bovinocultura leiteira, a alternativa que procurava. “É um manejo muito menos penoso e muito mais saudável”, avalia o jovem, de apenas 25 anos.

Cheio de planos, Secchi já pensa em aumentar o rebanho, que possui, atualmente, 12 vacas em lactação, produzindo uma média mensal de 6,5 mil litros de leite. “A minha ideia, após a construção de uma nova sala de ordenha e da melhoria dos equipamentos da propriedade é ter de 30 a 40 vacas, produzindo 18 mil litros de leite por mês”, projeta. Como forma de atingir a estes objetivos, o jovem se dedica de forma permanente a aquisição de conhecimentos. “Além de estar finalizando a faculdade, costumo fazer cursos e participar de outras capacitações na área, que possam me qualificar”, ressalta.

Quem vê o jovem falando, mal imagina que o retorno à propriedade, se deu recentemente, em junho. “Se ficasse na cidade, trabalhando na área em que vou me formar, ganharia a metade do que ganho aqui e isso que estou falando só do leite”, observa Secchi, que lembra ainda que a família também trabalha com silvicultura, produção de milho e cultivo de erva-mate. “Meu objetivo é tornar a nossa propriedade, um modelo para outras”, diz. Sobre a produção de fumo, abandonada há apenas dois anos, o jovem lembra que a família chegou a plantar 40 mil pés, nas maiores safras. “Mas os riscos do cultivo não compensam, não voltaria para isso”, finaliza.

Fonte: Vale do Taquari

<http://www.cicvaledotaquari.com.br/portal/index.php/agricultores-de-doutor-ricardo-apostam-em-alternativas-em-relacao-a-producao-de-tabaco/>



A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

Entidades pró-tabaco criticam documento-base da COP6

Representantes da indústria e da cultura do tabaco que participaram do Seminário Aberto da CONICQ, no dia 16 de setembro, em Brasília, criticaram o documento-base referente aos artigos que tratam da produção sustentável por associar o setor aos desmatamentos, trabalho infantil e forçado, contrato de trabalho injusto, e disseminador de pobreza no campo.

Segundo Carlos Galant, executivo da Abifumo, a proposta brasileira deveria refletir a realidade da produção de tabaco no País.

Marco Dornelles, representante da Afubra, defendeu maior participação dos produtores, se mostrou preocupado com questões relacionadas ao crédito, e insistiu que o setor vem expandindo experiências bem sucedidas de diversificação nas áreas cultivadas com tabaco.

“É inadmissível respaldar propostas que limitam acesso ao crédito ao pequeno produtor. A prática seria uma grave agressão à Declaração Interpretativa assinada em outubro de 2005, quando da ratificação do Brasil da CQCT. Além disso, a Afubra está fazendo 60 anos e não temos tido acesso aos programas de diversificação que estão sendo propostos. Temos experiências positivas com convênios como Mais Água Mais Renda, Mais Grãos, Expoagro Afubra e teríamos muito a contribuir”, avalia.

O executivo do SindiTabaco, Iro Schünke, critica o que ele chama de reconversão através da redução das áreas cultivadas com tabaco, e defende que a cadeia produtiva do tabaco não pode ser a única penalizada por negligências com a saúde do agricultor, e com o meio-ambiente.

“A indústria é amplamente favorável à diversificação e apoia iniciativas que gerem mais renda na pequena propriedade. O que deveria ser objetivo do documento é na verdade retratado com palavras como “reconversão” e “transmissão” de cultura. A medida de sucesso proposta, portanto, é a redução do número de produtores e da área cultivada com tabaco, e não o incremento de alternativas de produção e de renda. Sinalizamos também com preocupação a proposta do documento de responsabilizar unicamente a indústria por ações relativas às questões de segurança e saúde do produtor rural e meio ambiente. O setor produtivo do tabaco no Brasil é sustentado por um sistema de integração. A indústria é parte fundamental desta cadeia produtiva, mas não é única e tem se mostrado proativa em questões relacionadas à produção sustentável, atuando de forma a conscientizar, prevenir e combater problemas sociais e ambientais relacionados à produção de tabaco”, afirmou Schünke.

[continua](#)

A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

Luis Alberto Faria, vice-presidente da AmproTabaco, prefeito de Canoinhas (SC), defendeu a continuidade da produção de tabaco enquanto houver demanda e maior transparência e diálogo no debate.

“Pedimos que a representação dos produtores e dos municípios produtores seja convidada a participar das reuniões da CONICQ com maior frequência, com o objetivo único de melhorar as práticas e legislar de forma adequada, até porque nós temos ampla experiência neste assunto. Um texto como este certamente seria escrito de forma a contemplar melhor a realidade do segmento no Brasil se contasse com a participação daqueles que estão diretamente envolvidos e que serão, por fim, os maiores interessados com os resultados”, avaliou.

Segundo Mesaque Veres, do Sindicato Rural de Irati, algumas das medidas poderiam desorganizar a cadeia produtiva legal.

“No Paraná, 50% do tabaco consumido é oriundo de contrabando. Nosso intuito é avançar em um processo que evolua para um equilíbrio colaborativo, que possa contemplar as questões da saúde, mas que observe a proteção da cadeia produtiva legal”, disse.

Segundo Heitor Schuch, representante da Comissão da Agricultura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a produção de tabaco é uma atividade econômica organizada há mais de 100 anos e que tem melhorado a vida de muita gente.

“É preciso respeitar os produtores e os parques fabris instalados em nossos municípios. Para nós que somos legisladores, regar é organizar interesses. Fica fácil legislar, para quem não está diretamente ligado, seja como produtores, indústria ou representantes de município. É preciso envolver quem está interessado”, defendeu.

Fonte: Jornal Arauto

<http://www.jornalarauto.com.br/Pages/19511/Setor-do-tabaco-busca-posicao-do-governo-sobre-documento-que-sera-avaliado-na-COP-6#.VBsZOvldXiQ>



A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

Conselho da Souza Cruz aprova R\$ 634,3 mi em dividendos intermediários

O Conselho de Administração da companhia de tabaco Souza Cruz aprovou em reunião realizada no dia 19 de setembro pagamento de 634,3 milhões de reais em dividendos intermediários, com base no resultado da companhia do primeiro semestre.

O valor corresponde à razão de 0,415 real por ação e será pago a partir de 1 de outubro.

"Este dividendo, em conjunto com os juros sobre patrimônio líquido, já declarados no primeiro, segundo e terceiro trimestres, totalizam 705.899.578,92 de reais", segundo a ata da reunião.

Fonte: O Globo

<http://oglobo.globo.com/economia/conselho-da-souza-cruz-aprova-r6343-mi-em-dividendos-intermediarios-13992280>

Comentário da SE-Executiva da Conicq:

Acionistas e provadores de tabaco, duas pontas de um mesmo processo

Na mesma semana em que a Souza Cruz anuncia o retorno do investimento aos acionistas, toma-se ciência da condenação judicial da empresa pelo TRT-RJ devido ao trabalho dos ex-provadores que testavam os produtos desta empresa.

Testar aqui é um eufemismo para o fumante profissional. O homem contraiu uma doença pulmonar grave depois de atuar no Painel de Avaliação Sensorial, área da empresa que testa cigarros. De acordo com a ação civil pública iniciada em 2003 pelo MPT, ele tinha que fumar vários cigarros por dia, inclusive da concorrência.

[\(continua\)](#)



A indústria do tabaco/cadeia produtiva do tabaco

Comentário da Secretaria-Executiva da Conicq:

A empresa foi condenada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) a pagar uma indenização de 500 mil reais ao ex-empregado, em março deste ano. À época, o TST não julgou parte do processo em que o MPT pedia que a empresa custeasse as despesas médicas de outros ex-empregados e, por isso, a solicitação voltou para o TRT-RJ.

Naquela ocasião, o TST decidiu que a companhia poderia manter a profissão de provador, mas ordenou o pagamento da indenização. Tanto a Souza Cruz quando o MPT recorreram ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Ainda que a decisão fosse branda, ao determinar a empresa a custear as despesas médicas desses ex-trabalhadores, a multinacional recorreu, e nesta fase, segundo o MPT, a decisão do TRT-RJ de obrigar a empresa a bancar o tratamento dos ex-provadores transitou em julgado e, portanto, não cabe recurso.

Em relação às atividades exercidas no Painel de Avaliação Sensorial, a Souza Cruz diz que elas são "reconhecidamente lícitas, inclusive por decisão judicial na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho." A empresa também afirma que todos os trabalhadores da área "são maiores de idade, previamente fumantes, e voluntariamente optaram por participar do Painel".

Já a respeito da decisão do TRT-RJ, que determina o pagamento das despesas médicas de ex-funcionários, a Souza Cruz informa que "poderá se manifestar quando tiver ciência do seu teor, após a publicação do acórdão" e que a determinação "é objeto de recurso apresentado pela Souza Cruz e será analisada pelo Supremo Tribunal Federal".

Percebe-se, desta maneira, que a Souza Cruz, empresa que trabalha com esmero seu marketing ao atrelá-lo à reponsabilidade social, diverge desta premissa quando trata com frieza jurídica seus profissionais adoecidos, cobaias cujo trabalho é aperfeiçoar o sabor de uma droga, ainda que lícita, sabendo-se que na ponta da pirâmide, seus acionistas apostam no crescimento estatístico de venda de cigarros, promovido graças ao trabalho dos provadores, parte rasa da pirâmide da empresa.



Artigo

Os fumantes e o trabalho - Dráuzio Varela

Fica mais difícil conseguir trabalho. Mas discriminar o fumante é socialmente injusto

Justificativas para deixar de contratar fumantes não faltam: em média, eles elevam os custos dos contratos com os planos de saúde, apresentam índices mais altos de absenteísmo e produtividade mais baixa.

Em 2008, a Organização Mundial da Saúde (OMS) introduziu a recomendação de contratar apenas não fumantes, como estratégia de constrangimento para abandonar o cigarro.

Grandes organizações de saúde americanas, como Cleveland Clinic e a Universidade da Pensilvânia, adotaram essa política com o argumento de que seus empregados devem servir de exemplo para a comunidade. Veladamente, resoluções semelhantes têm sido implantadas em outras companhias. De início justificadas para proteger contra o fumo passivo, medidas como essas estigmatizaram o fumante. Embora haja desacordo sobre o emprego de estigmas em nome de “boas causas”, eles contribuíram de fato para reduzir a prevalência do fumo.

Na Cleveland Clinic, a proibição de fumar no campus foi adotada em 2005 e a da contratação de fumantes em 2007. A prevalência de fumantes em Cuyahoga (onde a clínica está situada) caiu de 20,7%, em 2005, para 15%, em 2009, enquanto no restante do estado de Ohio a diminuição foi de 22,4% para 20,3%. A questão fundamental é se políticas desse tipo são elaboradas com o objetivo de reduzir o número de dependentes ou para estigmatizar e excluir os fumantes dos empregos, por razões puramente econômicas?

Parece paradoxal que instituições dedicadas ao tratamento de doenças para as quais o comportamento certamente contribui (diabetes, hipertensão arterial, Aids etc.) discriminem dependentes de nicotina. Regras para alijar os fumantes do mercado de trabalho não levam em consideração o fato de que 88% deles se tornam dependentes antes dos 18 anos; de que a nicotina causa a dependência mais escravizadora que a medicina conhece; e que embora mais de 80% dos fumantes digam que pretendem largar, apenas 2% a 3% dos que tentam conseguem passar um ano longe do cigarro. Políticas discriminatórias agravam desigualdades sociais. Como outras epidemias, a do fumo deslocou-se para os estratos mais pobres da população. Negar trabalho ao fumante perpetuará injustiças que a sociedade brasileira tem procurado corrigir.

Avançamos muito na educação e nas medidas de combate ao cigarro. Na década de 1960, mais de 60% dos brasileiros com mais de 15 anos fumavam. Hoje, somos de 15% a 17%, conforme as estatísticas. Fumamos menos do que os norte-americanos, e também menos do que na Noruega, França, Alemanha, Itália e demais países europeus, com exceção da Suécia (12%).

Esses resultados foram obtidos por meio de estratégias educativas divulgadas pelos meios de comunicação e da legislação antifumo, que infelizmente ainda padece de timidez acovardada. Empregadores que escolhem apenas funcionários não fumantes prejudicam as populações mais vulneráveis, colaboram para aprofundar desigualdades e se comportam de forma pouco ética.

Fonte: Carta Capital

<http://www.cartacapital.com.br/revista/818/os-fumantes-e-o-trabalho-324.html>



Comércio Ilícito de Produtos de Tabaco

Site noticia volume de apreensões de cigarros ilícitos no Brasil

Pesquisadores e interessados em dispor de informações mais abrangentes sobre o volume de apreensões de cigarros ilícitos a nível nacional podem acessar o site combateaocrime.com

Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, estados com maior frequência de registros policiais, são percebidos ao lado de Estados incomuns na rota do contrabando de cigarros, como Tocantins e Rio Grande do Norte.

A página é dinâmica e atrativa, e quase sempre dispõe de fotos ao lado das matérias. Outra particularidade é que o site trabalha com um cardápio de acesso a outras áreas da segurança pública, como o meio-ambiente, aviação, cinotecnia, contrabando, direitos-humanos, drogas, operações, prisões, veículos e artigos.

O acesso a algumas áreas é restrito aos profissionais com vínculo com a segurança pública, analisados de antemão pelos administradores, com senha enviada aos e-mails com domínio das instituições.

Fonte: Combate ao Crime

<http://combateaocrime.com/principal/category/operacoes/>



NOTÍCIAS DO MUNDO

Argentina tem número de fumantes reduzido, e há menos pessoas expostas à fumaça tabágica

Na Argentina, o número de fumantes caiu de 15,5% ao longo dos últimos oito anos, e a exposição à fumaça ambiental foi reduzida em 30%, como revelado na terceira edição da pesquisa de fatores de risco do Ministério da Saúde. Agora, apenas uma em cada quatro pessoas fuma.

Em 2005, os tabagistas representavam quase 30% dos adultos. Em 2009, esse percentual caiu para 27,1% e no ano passado para 25,1%. A quantidade de não-fumantes que estão expostos ao fumo, situação que aumenta o risco de doenças cardiovasculares, de câncer de pulmão e asma, também foi reduzida.

Esta exposição à fumaça tabágica diminuiu progressivamente entre os três inquéritos (52% em 2005, 40,4% em 2009 e 36,3% em 2013). A exposição nos ambientes de trabalho diminuiu de 34% para 25%, e em bares e restaurantes, de 47,2% para 23,5% entre 2009 e 2013.

Ernesto Sebríé, diretor associado da Organização Tobacco Free-Kids, comentou as pesquisas.

"Houve um bom progresso na Argentina apesar de ser um dos poucos países que não ratificaram a Convenção-Quadro para o Controle do tabaco." E acrescentou:

"A redução do tabagismo e exposição ao fumo se deve as leis antifumo, e as restrições à publicidade aplicadas, além das advertências sanitárias nos maços de cigarros".

O vice-presidente da Associação Argentina Tabacología, Guido Bergman, especialista do Instituto Cardiovascular de medidas de política pública de Buenos Aires, citou que foram adotadas medidas eficazes.

"Para um maior restrição ao tabaco recomendamos o aumento de preços".

Em 2005 um salário médio poderia comprar 236 maços de cigarros. No ano passado, a população poderia comprar 442 pacotes.

"O governo deveria aumentar o imposto sobre o tabaco, e financiar o programa nacional de controle e de outras iniciativas na área da saúde" sugeriu Sebríé.

Fonte: El Clarin

http://www.clarin.com/sociedad/cantidad-fumadores-gente-expuesta-humo_0_1210679016.html



NOTÍCIAS DO MUNDO

Uruguai: Quiosques têm três meses para retirar cigarros dos pontos de venda

A Associação dos Quiosques fará uma campanha que visa desencorajar o consumidor a comprar as marcas contrabandeadas.

"Contrabando de cigarros no Uruguai mobiliza 50 milhões de dólares por ano", de acordo com os operadores de quiosques.

O Ministério da Saúde deu aos quiosques até 31 de dezembro para se adaptar à lei que proíbe a exposição dos cigarros.

A Associação de Quiosques do Uruguai pediu a prorrogação do prazo, e o governo aceitou o pedido.

Claudio Orrego, presidente da Associação de Quiosques do Uruguai, que tem 2 mil sócios disse que o Ministério da Saúde irá "dar até 31 de Dezembro, inclusive para os comerciantes do país na medida em que necessitam adaptar seus negócios".

Ele acrescentou que o próximo ano começará bem. A lei diz que "você não pode ter qualquer cigarro ou seus derivados à vista, nem cartazes alusivos", disse Orrego.

Silvina Echarte, diretor do Centro de Controle de Cooperação Internacional do Tabaco, do Ministério da Saúde Pública, MSP, disse que as multas que serão aplicadas a partir de 1 de janeiro variam de US\$ 1 mil a US\$ 10 mil dólares, e que haverá fechamento para reincidentes.

O presidente da Associação dos Quiosques disse que não acredita que "Estas medidas terão um impacto sobre a venda de cigarros", como afirma a MSP.

A Associação dos Quiosques do Uruguai fará uma campanha que visa desencorajar o consumidor a comprar as marcas contrabandeadas. Vai colocar cartazes e adesivos em dizer local, "Nesse negócio, nós não vendemos cigarros contrabandeados", disse Orrego.

Orrego acredita que a política de fumar do governo tem afetado as vendas e aumento do contrabando: "O fumante não parar de fumar, procurar e comprar o que você pode e vem o aumento do contrabando de cigarros aqui".

Fonte: El País

<http://www.guiademidia.com.br/acessar-jornal-internacional.htm?http://www.elpais.com.uy/>



CIGARRO ELETRÔNICO

OMS recomenda proibição da venda de cigarros eletrônicos a menores

Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou a proibição da venda de cigarros eletrônicos aos menores de idade, por considerar que o consumo do produto representa "graves ameaças" para os adolescentes e também para os fetos.

Os especialistas também defendem a proibição do uso dos inaladores eletrônicos de nicotina nos espaços públicos fechados, "sobretudo onde está proibido fumar, até que fique demonstrado que o vapor exalado não é perigoso para outras pessoas", segundo um documento divulgado nesta terça-feira pela OMS. A organização também pede aos governos a "eliminação dos distribuidores automáticos".

A organização divulgou as recomendações por ocasião da sexta reunião da Conferência das Partes sobre o Convênio Marco da OMS para o Controle do Tabaco, que acontecerá de 13 a 18 de outubro em Moscou.

"As provas existentes demonstram que o aerosol produzido pelos inaladores eletrônicos de nicotina, dos quais os mais conhecidos são os cigarros eletrônicos, não são apenas vapor de água como dão a entender as estratégias de marketing dos produtos", destaca a OMS. "O uso dos dispositivos representa um grave perigo para adolescentes e os fetos", afirmam os especialistas.

De acordo com a OMS, há provas suficientes para advertir as crianças, adolescentes, mulheres grávidas e mulheres em idade de procriar contra o uso de inaladores eletrônicos de nicotina porque a exposição do feto e do adolescente à nicotina tem as consequências a longo prazo sobre o desenvolvimento do cérebro.

Apesar de tudo, a OMS reconhece que o uso de inaladores eletrônicos de nicotina "é provavelmente menos tóxico para o fumante que os cigarros convencionais", mas destaca que "atualmente se ignora o alcance da redução dos riscos".

Os inaladores eletrônicos de nicotina são dispositivos que não queimam nem usam folhas de tabaco, mas produzem um aerosol inalado pelo consumidor. O mercado dos inaladores eletrônicos de nicotina está em pleno auge. A OMS calcula que em 2014 havia 466 marcas e que em 2013 foram gastos três bilhões de dólares em todo o mundo neste tipo de produtos. As vendas devem aumentar em até 17 vezes até 2030.

Fonte: Correio Web

http://sites.correioweb.com.br/app/50,114/2014/08/26/noticia_saudeplena,150040/oms-recomenda-proibicao-da-venda-de-cigarros-eletronicos-a-menores.shtml



CIGARROS ELETRÔNICOS

Aparelho que libera nicotina é licenciado como remédio no Reino Unido

Um inalador de nicotina que se parece muito com um maço de cigarro tornou-se o primeiro produto do tipo a ser licenciado como medicamento no Reino Unido.

Isso permite que o Voke seja prescrito a pacientes que desejam parar de fumar. Ele ainda não está disponível, mas pode vir a ser vendido nos próximos meses.

Uma série de inaladores de nicotina, sprays, adesivos e chicletes já podem ser prescritos, mas este é o primeiro aparelho feito para imitar um cigarro que é licenciado pela Agência Reguladora de Produtos Médicos e de Saúde (MHRA, na sigla em inglês).

Segundo a organização Action on Smoking and Health (ASH), isso abre caminho para que cigarros eletrônicos também sejam licenciados nesta categoria de produtos de saúde.

Por enquanto, nenhum cigarro eletrônico foi licenciado como medicamento, apesar de sua crescente popularidade. Ainda não se sabe o quão seguros eles são, apesar de haver um consenso entre especialistas de que geram menos danos do que fumar tabaco.

O novo inalador não produz cinzas ou fumaça e não envolve a combustão ou o aquecimento de alguma substância. Também não é eletrônico e, por isso, não requer uma bateria para funcionar. O usuário deve apenas inalar seu conteúdo.

Deborah Arnott, diretora da ONG Ash, vê a decisão da MHRA de forma positiva.

"Esta nova alternativa permitirá que fumantes escolham um produto que está dentro dos mais altos padrões regulatórios para medicamentos", disse ela.

No entanto, uma porta-voz da Associação Europeia de Saúde Pública alertou que estes produtos não podem ofuscar outras medidas de combate ao fumo.

"Apoiamos a regulamentação como medicamento de todos os aparelhos de nicotina, mas a recente publicidade dada a eles pode desviar a atenção de formas mais efetivas de reduzir o número de fumantes, como a padronização de embalagens de cigarros e aumentos de preços."

Fonte: BBC

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140912_aparelho_nicotina_tabagismo_rb.shtml?print=1



COMPOSIÇÃO CONICQ:

(DECRETO S/Nº DE 16 DE MARÇO DE 2012)

- I - Ministério da Saúde*;
- II - Ministério das Relações Exteriores;
- III - Ministério da Fazenda;
- IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V - Casa Civil da Presidência da República;
- VI - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- VII - Ministério da Justiça;
- VIII - Ministério da Educação;
- IX - Ministério do Trabalho e Emprego;
- X - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- XI - Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- XII - Ministério das Comunicações;
- XIII - Ministério do Meio Ambiente;
- XIV - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- XV - Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
- XVI - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça;
- XVII - Advocacia-Geral da União; e
- XVIII – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

* O Ministro de Estado da Saúde preside a Comissão

PARCEIROS CONICQ:

- Aliança de Controle do Tabagismo – ACTbr
www.actbr.org.br
- Associação Brasileira de Estudos do Alcool e Outras Drogas - Abead
www.abead.com.br
- Associação de Defesa do Fumante - ADESF
www.adeaf.org.br
- Associação Médica Brasileira - Comissão de Anti-Tabagismo
www.amb.org.br/este/comissoes/anti_tabagismo
 - Campaign for Tobacco-Free Kids
<http://www.tobaccofreekids.org>
 - Centro de Apoio do Tabagista
www.cigarro.med.br
- CETAB – Centro de Estudo sobre Tabaco e Saúde
<http://cetab.wordpress.com/>
- Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais - Deser
www.deser.org.br
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região do Sul
www.fetratsul.org.br
 - Fundação do Câncer
<http://www.cancer.org.br/>
 - Health Bridge
<http://www.healthbridge.org/>
 - Instituto Bloomberg
<http://about.bloomberginstitute.com/>
- Organização Pan-Americana de Saúde – OPAS
<http://www.paho.org/bra/>
 - Projeto Esperança
www.projetoesperancaoesperanca.org.br
- The Union
<http://www.theunion.org/what-we-do/technical-assistance/tobacco-control>

